



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6877 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

PROGRAMA SIM, EU POSSO: um dos fios da decolonialidade no Maranhão

Heloisa Resende Soares - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Edinolia Portela Gondim - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Gracia Maria Nolasco Fraga Araujo - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Ádria Karoline Souza de Aquino Utta - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

PROGRAMA SIM, EU POSSO: um dos fios da decolonialidade no Maranhão

1 INTRODUÇÃO

Os estudos pós-coloniais na modernidade retratam uma realidade que possivelmente é silenciada pela marcha cega de uma grande parte da sociedade que um dia colonizados, ainda carregam em suas relações e na ideologia identitária um viés de dependência muito forte, seja no campo econômico, estrutural e epistêmico. Desta maneira, é necessário compreender em que a visão eurocêntrica nos fragmenta e como se perpetua em forma de herança aos povos um dia colonizados.

Trata-se de um trabalho de natureza bibliográfica que se sustenta em uma abordagem qualitativa com o objetivo de apresentar os primeiros passos de uma pesquisa de mestrado que se pretende estudar o “Programa Sim, Eu Posso” - Uma Jornada de Alfabetização”, inspirada nas ideias de Cuba, aplicado no Estado do Maranhão desde 2016. O recorte aqui abordado dialoga com a perspectiva decolonial que contrariamente ao legado colonial defende uma estrutura transgressora aos ditames eurocêntricos em uma dimensão epistemológica, social e econômica na busca de autonomia aos sujeitos e suas estruturas.

Assim, nos sustentamos em estudiosos como Quijano (2010), Santos (2010) e Mignolo (2008). Conclui-se que é possível na mesma realidade propor e realizar experiência que não seja fruto, e nem imposta por um legado colonial. O Governo do Estado do Maranhão com a implantação e implementação do programa “Sim, eu posso!”, consegue demonstrar a viabilidade desta perspectiva. Diante do exposto, se discute neste trabalho a contribuição do projeto e o seu papel, enquanto realidade não hegemônica, destinado por uma visão eurocêntrica, em reflexo à mão do colonizador.

2 A COLONIALIDADE

O colonialismo europeu, ainda se faz presente por meio das relações de poder que se legitimam através de modelos e matrizes econômicas, que se reproduzem mediante das relações de colonialidade. Esta por sua vez, se reproduz nos espaços internos de países de 3º mundo, por intermédio de elites culturais, não apenas pelo poderio econômico ou monopólio da produção do discurso cultural que é uma reprodução de países centrais. Uma colonialidade que reproduz nas desigualdades de gênero, etnias, como hierarquização e discriminação a todas as formas de minorias. Assim, o modo de dominação colonial na modernidade se estabelece com uma nova roupagem, no âmago das relações sociais, nos discursos discriminatórios, nas ideologias difundidas como disfarces diante dessa nova realidade social.

Os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensar-se como os *modernos* da humanidade e da sua história, isto é, 'como o novo e ao mesmo tempo mais avançado da espécie'. Se o conceito de modernidade refere-se única e fundamentalmente às ideias de novidade, do avançado, do racional-científico, laico, secular, que não as ideias e experiências, normalmente associadas a esse conceito, não cabe dúvida de que é necessário admitir que é um fenômeno possível em todas as culturas e em todas as épocas históricas (QUIJANO, 2005, p. 115-116).

A colonialidade, termo utilizado por Quijano em 1989, representa o sistema de dominação imposto e reproduzido no período colonial, ainda fazendo-se presente hoje com várias facetas na perspectiva ainda de dominação. O rompimento desse pensamento colonial se determina em um processo de descolonização dessas relações de poder que se estendem ao longo de décadas e sempre com uma força devastadora, onde se cultiva a visão de um padrão, que ao se tornar contraditório torna-se subalterno.

Para além de todas as dominações porque é conhecido, o colonialismo, foi também uma dominação epistemológica, uma reflexão extremamente desigual entre saberes que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias do povo e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade (SANTOS, 2010, p. 23).

Esse estereótipo de padrão dominante que se cria, fortalece as relações de poder, favorecendo assim uma elite que se sobrepõe ao povo de modo geral, contribuindo na forma e dimensões territoriais avassaladoras e culminando em uma desvalorização da cultura, ou seja, tornando tudo que se difere do que seja o ideal, segundo a 'visão europeia' como algo que seja indiferente, ou que não faça sentido para a sociedade de modo geral.

A modernidade vive no viés da herança de uma colonialidade do poder, que ganha mais ainda corpo com o processo de globalização, pois a continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo com o fim da colonização territorial e estrutural, passa ainda pela continuidade das formas coloniais de dominação que são subsidiadas pelos mecanismos do sistema moderno, com reflexos agrupados na relação europeus versus não europeu, nessa ordem social. Para (Quijano, 2000), a colonialidade do poder é classificação social da população mundial ancorada na noção de raça, que tem origem no caráter colonial, mas já provou ser mais duradoura e estável que o colonialismo histórico. A exploração em caráter social e desigual mantida pela sociedade em seus vários eixos é reflexo ainda do caráter constitutivo no qual a sociedade permanece e cultiva essa ideia da desigualdade, de exploração, da concentração de riqueza nas mãos de uma minoria em detrimento de uma maioria, intensificando assim as relações de dominação ou padrão de poder.

Assim, intencionamos tratar a decolonialidade como experiência passível de ser alcançada pela via de um programa de Alfabetização para Jovens e Adultos - Sim, eu posso!,

implantado e implementado no estado do Maranhão desde o ano de 2016.

3 SITUANDO A COLONIALIDADE NO ESTADO DO MARANHÃO

O Estado do Maranhão é 8º maior em extensão territorial dentre os 27 estados da federação e 10º em população, com cerca de 7,075 milhões de pessoas. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad/IBGE), 2019, revela que 15,6% dos maranhenses com 15 anos ou mais não sabem ler e escrever um bilhete simples. E o percentual é maior quando essa população possui a idade de 60 anos ou mais, cerca de 45,9%. A população maranhense é bastante miscigenada. Os indígenas foram os habitantes pioneiros, junto com os europeus e negros africanos escravizados, tendo contribuído para a diversidade étnica do Estado. Atualmente, a maioria da população é composta por afrodescendentes e seu território possui mais de 700 comunidades quilombolas.

As características supracitadas configuram-se em desafios e indicadores para a constituição de políticas públicas em um dos estados mais desiguais do país, situação exposta nas condições de vida de milhares de famílias silenciadas pela falta de educação e saúde, submetidas a todas as formas de insegurança e violência. Toda essa diversificação populacional em origem e necessidades nos remete à fala de Boaventura Santos (2003),

Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (SANTOS, 2003, p. 56).

Nesse contexto tão desigual, o governante que assume o Estado do Maranhão em 2015 tem como proposta romper e superar o paradigma de gestão/ administração que era conduzida no Estado - modelo concentrador de riquezas, que levou o Maranhão a diversos problemas socioeconômicos, contribuindo assim, inclusive para que ocupasse o penúltimo lugar no ranking nacional do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com altas taxas de mortalidade infantil (36,5 para cada mil nascidos vivos) e de analfabetismo (19%), distribuição desigual de renda e déficit nos serviços de saneamento ambiental.

Seria essa nova liderança um ensaio da Desobediência Epistêmica de Walter Mignolo? Segundo o autor, essa ideia tem por base a identidade na política, um movimento necessário de pensamento e ação no sentido de romper as grades da moderna teoria política que nega o agenciamento político às pessoas classificadas como inferiores (MIGNOLO, 2008). A proposta apresentada à população maranhense mostra-se revolucionária e ousada, mas ainda fundamentada na política identitária dominante com base nos conceitos universais da ciência, filosofia, cristianismo, marxismo, entre outros.

Em interlocução com a nossa discussão nesse trabalho, situamos que desde o início desta década (2010/2020), tem existido um insistente movimento de ruptura em relação aos modelos políticos e governamentais colonizadores, perpetuados desde o início do Maranhão Republicano. Neste sentido, além de outras ações, nos últimos anos o governo do estado tem trabalhado no sentido de atender a classe menos favorecida econômica, social e culturalmente. Uma das medidas dessa empreitada que tem como meta atingir seis eixos estratégicos: educação, trabalho e renda, saúde e saneamento, infraestrutura, gestão, cidadania e participação popular e gênero, raça e juventude é o Plano Mais IDH.

As ações e programas priorizaram os 30 municípios de menor IDH, com o objetivo de promover a superação da extrema pobreza e das desigualdades sociais no meio urbano e rural, melhorar as condições de vida nos municípios, mediante a integração de

políticas públicas municipais, estaduais e federais, tendo como estratégia o desenvolvimento socioeconômico sustentável. Dentre as diretrizes do plano estão: Integração das políticas públicas com base no planejamento territorial e ampliação dos mecanismos de participação popular na gestão de políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos municípios entre outros e valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações.

Dessa conjuntura emerge o Programa Escola Digna com treze ações. Entre estas está a Jornada de Alfabetização no Maranhão: “Sim, eu posso” – Círculo de Cultura, com o objetivo de além de reduzir o analfabetismo entre jovens, adultos e idosos nos municípios de menor IDH do nosso Estado, elevar o emprego e renda e possibilitar o acesso ao mundo digital. O programa tem a coordenação das secretarias estaduais da Educação (Seduc) e de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), e na execução recebe o apoio do Movimento Sem Terra (MST).

4 UM ENSAIO DECOLONIAL PELO PROGRAMA “SIM, EU POSSO!”

A Jornada de Alfabetização no Maranhão “Sim, eu posso” se insere no bojo da Mobilização para Alfabetização de Jovens e Adultos e foi desenvolvida em duas fases abrangendo 22 municípios entre os anos de 2016 a 2018, o Programa tem como base didática, a utilização do método de alfabetização cubano denominado: “Sim, eu posso” do Instituto Pedagógico Latino Americano e Caribenho de Cuba (IPLAC) e é inspirado na pedagogia e metodologia de Paulo Freire e desenvolvido a partir dos Círculos de Cultura, espaços de debate, pesquisa, exposição de práticas, dinâmicas e vivências que visam a construção coletiva do conhecimento da leitura e da escrita, parte integrante dos movimentos de cultura popular.

A expressão, “Sim, eu Posso”, no sentido pleno do termo tem a função de elevar a autoconfiança possibilitando ao educando acreditar que é capaz de aprender. Ao longo do processo eleva a autoestima fazendo com que o mesmo perceba as transformações que ocorrem na vida de quem se alfabetiza, estimulando-o a continuar seu processo de escolarização, na tentativa de se situar no mundo com ocidãdo de direito, senhor da sua própria história na medida em que pode, requere o acesso aos bens socialmente produzidos.

O projeto surge em um cenário social cheio de contradições e a parceria entre o poder público e o MST vem mostrar que a garantia de uma educação pública com qualidade e dignidade é um grande desafio a ser vencido em um país que faz parte do ciclo reprodutor cultural colonial identitário, que nos é determinado ao longo do tempo como modelo padrão.

Opções descoloniais estão mostrando que o caminho para o futuro não pode ser construído das ruínas e memórias da civilização ocidental e de seus aliados internos. Uma civilização que comemora e preza a vida ao invés de tornar certas vidas dispensáveis para acumular riqueza e acumular morte, dificilmente pode ser construída a partir das ruínas da civilização ocidental, mesmo com suas “boas” promessas como Hobsbawn gostaria que tivesse sido (MIGNOLO, 2008, p. 295-296).

O processo de aprendizagem desenvolvido durante o “Sim, eu posso” busca relacionar a vivência social dos/as educandos/as com a prática pedagógica e a experiência cultural e histórica da relação com o trabalho e com as formas de organização que buscam a garantia de direitos sociais. Dessa forma, o exercício da leitura e da escrita no Círculo de Cultura se alicerça no debate das questões centrais do cotidiano como: trabalho, coletividade, alimentação, saúde, formas de organização comunitária, política, economia, direitos sociais, religiosidade, cultura, entre outros. Questões que estão relacionadas à prática social, buscando

intervir e alterar as atuais relações no mundo do trabalho e da vida dos/as educando/as.

A utilização do pensamento produzido na ilha de Cuba em detrimento de metodologias europeias ou norte-americanas como ação direta para elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais, coloca em prática o que Mignolo apresenta em relação à opção descolonial,

A opção descolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento. [...] Consequentemente, a opção descolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender, [...] já que nossos [...] cérebros tinham sido programados pela razão imperial/colonial. [...] Há muitas opções além da bolha do Show de Truman. (MIGNOLO, 2008, p. 290).

Constata-se que, em geral, as políticas públicas voltadas para a educação sofrem influências direta e indireta do viés colonial, na perspectiva de permanecer com os ditames europeus mediante a construção e manutenção da sociedade reprodutora de um meio social que se difere da sua própria realidade, relegando assim outros tipos de conhecimento que sejam desenvolvidos no ocidente.

Desta forma, indo na contramão do pensamento eurocêntrico e colonial, a Jornada de alfabetização “Sim, eu posso” atende uma parcela da sociedade – negros, indígenas e povos do campo e excluídos economicamente – com a qual o Estado contraiu uma dívida social pelos anos de negligência e exclusão, que conduziram a trajetórias diversas que em geral, impediram o ingresso ou permanência dos sujeitos no sistema educacional.

Durante as duas fases de execução do Projeto, foram atendidos mais de vinte mil jovens e adultos, segundo o Relatório de Monitoramento das Metas do Plano Estadual de Educação (2018), a Jornada de alfabetização tem um percentual de 75,1% de concluintes, são pessoas aprendendo a ler e escrever pela primeira vez na vida. A experiência ora vivenciada no Estado do Maranhão pode ser configurada em um ensaio de decolonialidade do poder, pois se contrapõe ao viés que tem como normalidade um modelo proveniente da forma de colonizado que consiste em reproduzir programas sociais, educacionais sempre com o olhar permissivo para que a visão eurocêntrica seja perpetuada, ainda que tenham sido extintas as colônias na América Latina.

4 CONCLUSÃO

O intenso legado colonial que se reflete nas sociedades pós-coloniais permite que sejamos eternas sociedades dependentes de uma ideologia que perpassa desde o cerne da economia, política, estrutural e social. Desta maneira apesar de não existirem mais as colônias em termos territoriais, vive-se um eterno processo de dependência desses ditames. Assim, torna-se imprescindível repensar esse modelo social que se caracteriza por meio desse legado, ou seja, é necessário refletir a situação colonial por meio das construções epistemológicas produzidas pelos países ainda ideologicamente colonizados.

É preponderante em nosso meio, e em nossas relações sociais a perpetuação de uma visão eurocêntrica, que descaracteriza um povo mediante sua própria identidade, enquanto nação independente e valorização de uma cultura própria. Desta forma, com as ações do governo do Estado do Maranhão em admitir o Programa “Sim, eu Posso!” visando reduzir as desigualdades sociais e sanar o problema da alfabetização no estado, além de intentar na elevação de emprego e renda e o acesso ao mundo digital, é plausível refletir, por meio de um ensaio, ou mesmo uma experiência, que é possível fazer com que o olhar do subalterno também não se decline mediante a imposição dessa herança colonial, reprodutora

e massificadora, que sim, é possível que o entendimento do olhar subalterno consiga ainda que de forma silenciada, perceber-se com condições de fazer diferente, que a decolonialidade é necessária para se romper com esses grilhões de colonizados que ainda se perpetua no imaginário das nações colonizadas e se corporifica nas ações.

Contudo, é visto pela implementação e resultados positivos quanto ao Projeto “Sim, eu Posso”, a possibilidade de um projeto “não Europa” vir a contribuir de forma positiva com o Estado do Maranhão, na perspectiva de diminuir as taxas de analfabetismo no território maranhense, seria um ensaio decolonial? Mas, numa perspectiva de crescimento. Assim, o processo e influência que é sofrido pelos cidadãos dos países que foram um dia colonizados, pode ser arbitrária e ainda sim, almejar condições de uma realidade própria.

Palavras-chave: Educação. Decolonialidade. Alfabetização.

REFERÊNCIAS

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/maranha. Acesso em: 09 nov. 2019.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "**Aspectos da população do Maranhão**"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/aspectos-populacao-maranhao.htm>. Acesso em: 5 de ago. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad): séries históricas e estatísticas**. Disponível em: https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=2&no=7acesso 15/08/2020.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. *Cadernos de Letras da UFF*: Dossiê: Literatura, língua e identidade, n.34, p.287-324, 2008. Disponível em: www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf Acesso em: 10 ago. 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e classificação social. In: Santos, Boaventura de S.; Meneses, Maria Paula. **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005.

SANTOS, Boaventura de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria Paula. **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de S. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<http://www.maisidh.ma.gov.br/o-plano>. Acesso em 31 de jul de 2019.

<http://www.educacao.ma.gov.br/programa-sim-eu-posso-e-destaque-nacional-depois-de-tirar-mais-de-7-mil-maranhenses-da-escuridao-do-analfabetismo/>

Acesso em:03/08/2019

Maranhão. PARA O MARANHÃO SEGUIR EM FRENTE. PROGRAMA DE GOVERNO 2019/2022. Disponível em:
<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/MA/2022802018/1000006039>
Acesso em: 03 de ago. 2019.

Relatório de Monitoramento das Metas do Plano Estadual de Educação 2018. Disponível em:
file:///C:/Users/hrsoa/Downloads/pne_relatorio_ciclo_2_monitoramento_metas_pne_bienio_20
. Acesso em: 09 nov. 2019.